

Descentralização prevê construção de quatro novos centros de saúde no Porto

written by O Cidadão | 23 de Outubro, 2023



À margem da reunião privada do executivo, o presidente da Câmara do Porto, **Rui Moreira**, destacou que *“ao contrário das outras descentralizações, esta era voluntária”*, o que permitiu ao município negociar os termos com o **Ministério da Saúde e Administração Regional de Saúde do Norte**.

“Do nosso ponto de vista, este foi um processo mais virtuoso do que os outros. Como não foi um presente por decreto, permitiu-nos negociar e as negociações chegaram a bom porto”, considerou.

Aos jornalistas, Rui Moreira adiantou estar prevista **“uma melhoria”** nos edifícios que serão transferidos para a autarquia, a construção de novos centros de saúde e a

possibilidade de flexibilizar os horários de funcionamento de algumas unidades, mediante a avaliação de uma comissão criada para o efeito.

De acordo com a informação partilhada pelo município, um levantamento feito pela **ARS-Norte identificou a necessidade de realizar 14 “grandes intervenções”, entre as quais quatro “construções de raiz”, nomeadamente em Azevedo de Campanhã, Lordelo do Ouro, Garcia de Orta e Carvalhido-Prelada.**

Paralelamente, foi identificada a necessidade de uma *“grande obra de reabilitação”* em Aldoar e a ser avaliada outra *“grande requalificação”* em Santos Pousada.

O município deverá também levar a cabo oito requalificações *“com diferentes graus de complexidade e valores”*: Constituição, Vale Formoso, Foz do Douro, Cedofeita-Carvalhosa, Aníbal Cunha, Lordelo do Ouro (onde atualmente funcionam as duas unidades de saúde familiar, sendo que uma se mantém no edifício e outra será transferida para o edifício a construir), Miguel Bombarda e Covelo.

A descentralização na saúde produz efeitos a 1 de janeiro de 2024, mas “só se pratica de facto com a criação de novos contratos”, esclareceu o autarca, adiantando serem precisos entre três a quatro meses para o município conseguir “desempenhar plenamente” essa tarefa.

Também aos jornalistas, o vereador **Sérgio Aires, do BE**, esclareceu que o voto **contra** se prendeu com o **auto de transferência** e não com a **submissão à Assembleia Municipal**, afirmando ter dúvidas relativamente **às verbas atribuídas pela tutela.**

À semelhança do BE, também a **vereadora Ilda Figueiredo, da CDU**, disse existir *“um nevoeiro muito forte sobre o que vai acontecer no futuro e os encargos que uma situação destas pode trazer”*, referindo-se **à reabilitação dos edifícios e novas construções.**

Pelo PS, o vereador **Tiago Barbosa Ribeiro** destacou que este foi *“um processo bem gerido e dialogado”*, considerando que esta descentralização *“vai permitir um melhor serviço à população e mais adequado à realidade local”*.

Também o social-democrata **Alberto Machado** considerou que o processo negocial nesta área *“protagonizou todos os passos que o PSD entende como certos quando há uns anos os líderes do PSD e PS assinaram o acordo para a descentralização”*.

O auto de transferência, cujos encargos serão superiores a 5,2 milhões de euros, será **submetido a deliberação da Assembleia Municipal do Porto**.